



REQUERIMENTO Nº _____/2015
(Dep. Moema Gramacho)

Requer a realização de **Seminário sobre PDDU e o Lugar da Reparação no Planejamento do Espaço Urbano** voltadas para as questões de raça e gênero.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **Seminário sobre PDDU e o Lugar da Reparação no Planejamento do Espaço Urbano** voltadas para as questões de raça e gênero em Salvador – Ba, que carrega em si a representação da rica diversidade cultural e comportamental, mas ao mesmo tempo, manifestações seguidas de discriminação racial e de gênero.

JUSTIFICATIVA

O Brasil é multiétnico. Carrega em si um processo histórico de abraço a todos os povos que aqui chegaram para construir uma nova vida, com grandes sonhos, que se misturaram com os nossos indígenas. Mas, os negros em específico, aos milhões, durante dois séculos seguidos, vieram obrigados, como escravos. E nesta condição, e depois como escravos libertos, ao longo da história, foram ficando em condição inferior ou até à margem da riqueza e da inclusão que a sociedade foi propiciando aos demais.

As políticas públicas em curso, que envolve as cotas e outros instrumentos, estão contribuindo para diminuir o fosso histórico, mas as condições objetivas de remuneração pelo trabalho, moradia, saneamento, saúde, cultura, respeito a religiosidade, áreas de lazer, dentre outros, ainda carecem de políticas públicas que reconheçam que para situações desiguais são necessárias políticas que estabeleçam diretrizes estratégicas, ações, metas, recursos no sentido de diminuir essas desigualdades.

Da mesma forma, a sociedade brasileira continua dando demonstração cabal do seu nível de machismo, sexismo e preconceito contra mulheres e a população LGBT. O Brasil é um dos países onde mais as mulheres sofrem violência pela simples condição de ser mulher; onde a população LGBT sofre violência, pelo simples fato de ter uma condição de gênero que não se enquadra no conceito de quem pratica a violência. E do mesmo modo, um dos países onde mais se mata mulheres, a população LGBT e negros e negras, pela sua condição de gênero e raça.

A cidade é o lugar concreto onde as pessoas circulam, produzem, moram, se relacionam, cultuam seus modos de vida, vivem.

Desse modo, de que maneira a política de desenvolvimento urbano absorve a discussão do processo de exclusão e inclusão dos direitos da população que sofre discriminação? É possível pensar que no marco legal da organização do espaço urbano o debate do direito a igualdade de oportunidades e as condições de ofertas de serviços públicos que levem em conta as condições de produção e reprodução dos diversos tipos de discriminação precisa estar presente?



Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Urbano

Assim, é necessário afirmar que o debate sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, como base legal da organização do espaço urbano das cidades, não pode ser encarado como uma peça de permissões e proibições sobre uso do solo da cidade, mas deve embutir uma reflexão adjacente voltada para verificar como os novos PDDU podem significar novas possibilidades para a diminuição do fosso de discriminação que separa as cidades em várias ninchos de reprodução de ódio social, mesmo nas nossas cidades cheias de igrejas, cultos, terreiros e outras formas de manifestações religiosas, sendo estas, também objeto de diversas formas de discriminação e violência.

Dessa forma, a promoção de um **Seminário sobre PDDU e o Lugar da Reparação no Planejamento do Espaço Urbano**, em parceria com a Comissão da Reparação da Câmara Municipal de Salvador, no período entre fevereiro e março, vai propiciar um debate profícuo que contribuirá para que a CDU possa orientar essa abordagem nas demais cidades brasileiras.

Diante do exposto, peço aos nobres colegas o apoio na apreciação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 02 de dezembro de 2015.
Deputada Moema Gramacho